



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

DO EXECUTOR TERMINAL AO OPERADOR DE CRÉDITO A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA LÓGICA DE MONETARIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA ESTATAL

ARLENE VIEIRA TRINDADE¹

Resumo: O objetivo, neste breve ensaio, é trazer algumas reflexões, acerca do serviço prestado por assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal de ensino brasileira e as principais tendências que incidem sobre o trabalho coletivo nas políticas públicas na atualidade. Propomos uma discussão à luz do conceito de trabalho intelectual e, nesse sentido, observamos que existe uma tendência à mercantilização da atuação dos assistentes sociais inseridos na política assistência estudantil. Considerando que são trabalhadores intelectuais localizados na superestrutura, sofrem influência e determinações da lógica contemporânea de financeirização dos direitos sociais.

Palavras-chave: trabalho intelectual; financeirização das políticas sociais; tendência do trabalho coletivo

Abstract: This essay aims to bring some reflections about the service provided by social workers in the Student Assistance Policy of the Brazilian federal education system and the main trends that affect collective work in public policies today. We propose a discussion in the light of the concept of intellectual labor and, in this sense, we observe that there is a commoditization tendency in the work of the social assistants in the Student Assistance Policy. Considering that they are intellectual workers located in the superstructure, they are influenced and determined by the contemporary logic of financialization of social rights.

Keywords: intellectual labor; financialization of social policies; tendency of collective work

I- INTRODUÇÃO

O debate sobre o serviço prestado por assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal de ensino brasileira e as principais tendências que incidem sobre o trabalho coletivo nas políticas públicas na atualidade é proposto aqui a partir do reconhecimento de características

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <arlenetrindade@yahoo.com.br>

essenciais do trabalho coletivo nas políticas públicas à luz do conceito de trabalho intelectual.

Para encontrarmos as conexões sócio-históricas entre trabalho intelectual e as tendências do trabalho coletivo nas políticas públicas, precisamos relacioná-los com as fases do desenvolvimento capitalista brasileiro, principalmente, a chamada fase do monopólio. Fase essa em que a “questão social” é posta como alvo das políticas sociais e os profissionais de diferentes categorias são chamados a desempenhar funções dentro da estrutura estatal com objetivo de implementar e executar ações através dessas políticas.

A reflexão acerca de uma tendência “mercantilizante” na atuação dos assistentes sociais inseridos na política assistência estudantil foi sendo construída a partir de alguns eixos estruturantes que, sumariamente, organizamos nos seguintes tópicos: A relação entre o trabalho intelectual e a dominação política de uma classe economicamente dominante; a refuncionalização do Estado no capitalismo monopolista e a mercantilização da “proteção social” no processo de funcionalidade econômica do Estado.

II- A relação entre o trabalho intelectual e a dominação política de uma classe economicamente dominante

A reflexão acerca do trabalho intelectual torna-se necessária por compreender que a atuação de assistentes sociais - bem como de outras categorias profissionais - nas políticas sociais representa a existência de um “corpo intelectual” responsável pela intervenção estatal, que, consciente ou não, atua na construção ideológica de um direcionamento social e político do Estado na sociedade capitalista. Entendemos, desse modo, que essa interpretação não se limita “simplesmente” à divisão do trabalho entre “aqueles que executam” e “aqueles que pensam”, mas refere-se às relações de dominação entre classes que encontram no Estado meios para manter essa dominação.

Faremos nesse momento uma pequena digressão para situarmos o conceito de trabalho intelectual na produção teórica que iremos utilizar. Com

base na teoria de Max, o trabalho é a categoria fundante do ser social, e segundo Lukács, “só pode atingir a sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e se reproduz processualmente” (LUKÁCS, 2013, p.160).

Não iremos aqui descrever, nas bases teóricas referenciadas, todo o processo de trabalho e de valorização, mas cabe destacar onde se sustenta a divisão fundamental da sociedade capitalista: de um lado, os proprietários dos meios de produção (capitalistas) e do outro, os portadores da força de trabalho. Marx apreender a dinâmica da sociedade capitalista através da *lei geral da acumulação capitalista*. Esse movimento tem sua origem na produção da mais-valia, fundada na exploração da força de trabalho. Ele explica que o trabalhador produz além do necessário para sua reprodução. Existe uma diferença entre a jornada de trabalho e o *tempo médio de trabalho social* que o trabalhador utiliza para produzir uma quantidade de mercadoria para a reprodução da sua força de trabalho. Essa diferença seria a mais-valia produzida, ou o tempo excedente que é apropriada pelo capitalista. Ou seja, está na gênese do desenvolvimento capitalista o caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada das condições necessárias à sua realização, assim como de seus *frutos*².

Posto isso, podemos voltar ao propósito deste ponto que é considerar como parte do complexo social o próprio desenvolvimento e divisão social do trabalho. A divisão do trabalho que originalmente baseia-se na diferenciação biológica dos seres humanos (homem/mulher; jovem/velho, etc), na medida em que o trabalho e as suas relações vão se complexificando, passa a basear-se, predominantemente, nos aspectos construídos socialmente e não mais biologicamente.

O pressuposto social dessa divisão é a possibilidade do ser humano suprir as suas necessidades com produtos que não foram fabricados por ele. De acordo com Lukács(2013), a divisão do trabalho que se origina nas ocupações singulares, se autonomiza na forma de ofícios manuais, gerando um grande

² Sugerimos a leitura de MARX, K. **O capital(Crítica da Economia política). O processo de produção capitalista.** Livro I, Vol. I- Trad. Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013. Disponível em <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf> . Acessado em 05 de agosto de 2017

progresso em termos tanto econômicos quanto técnicos. Essa evolução irá propiciar, ainda, uma divisão que manifesta-se na forma de poder social, influenciando e determinando seu ser social. Esse poder assume um caráter autônomo, embora tenha surgido de seus próprios atos laborais. Podemos observar “sobretudo dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo, que no entanto, ininterruptamente se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes”(LUKACS, 2013,p.179).

Ao se atingir aspectos puramente sociais nessa divisão, a relação entre o trabalho intelectual e a produção não é mais direta. Segundo Gramsci, essa relação passa a ser “*mediatizada*, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas³”. (GRAMSCI, 1982, p.10).

O trabalho intelectual passa a ser desempenhado por um grupo social de intelectuais que não forma uma única organização coesa. Podemos dizer que existem diversos estratos intelectuais com funções diferenciadas, ligados a grupos sociais fundamentais. Visto dessa forma, temos uma ampliação do conceito de intelectual. Observando nessa divisão do trabalho uma função organizativa e, nos termos do Gramsci, de “hegemonia social” e de domínio estatal.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto"ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico".Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1)do consenso"espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos

³A metáfora do edifício – base (infraestrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do ESTADO e da consciência social (a superestrutura)". BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.(GRAMSCI, 1982, p.11)

Este modo de tratar os conceitos nos mostra que a atividade intelectual deve ser diferenciada qualitativamente. Uma das possibilidades é diferenciar o trabalhador intelectual que desempenha suas atividades na superestrutura daquele que desempenha o trabalho técnico científico. Segundo Hirano(2001), enquanto o trabalhador intelectual, localizado na superestrutura, produz o valor de uso com objetivo de manter a dominação do capital, o trabalho técnico-científico – uma modalidade de trabalho intelectual – produz o valor de uso com objetivo de potencializar as forças produtivas do capital. Sendo que este último aparece como algo natural, inerente à sociedade. “Esse trabalho necessário, indiretamente produtivo, que nada custa ao capital, é essencial ao desenvolvimento das forças produtivas”.(HIRANO, 2001,p.15)

Nesse sentido, compreendemos que o Estado capitalista estabelece uma relação entre o trabalho intelectual e a dominação política de uma classe economicamente dominante. Através do trabalho intelectual, o Estado estabelece a sua relação com as classes e com a luta de classes. Atuando diretamente na construção e manutenção ideológica de uma classe. “O Estado capitalista arregimenta a produção da ciência, que se torna assim uma ciência de Estado imbricada, em sua textura intrínseca, nos mecanismos de poder, o que é sabido, não vale tão-somente para as chamadas “ciências humanas”. (HIRANO, 2001, 55)

Os intelectuais tornam-se funcionários do Estado. “Esse Estado afirma assim um papel organizacional particular em relação às classes dominantes e um papel de regulação em face ao conjunto da formação social: seu discurso é um discurso ação”.(POULANTZAS, 2000, p.56). O autor, afirma, também, que a burguesia é a primeira classe da história que para manter sua dominação conta com um corpo de *intelectuais orgânicos* que são, formalmente, distintos dela e desempenham dentro da estrutura do Estado um papel de organização de hegemonia. Esse corpo de intelectuais forma-se a partir de um campo de

especialização característica das funções e do trabalho intelectual, que vão além da função instrumental.

De outro lado, podemos observar no desenvolvimento histórico do capitalismo como o trabalho intelectual estabelece relação na esfera da produção, em sua fase mais avançada. De acordo com Hirano: “ao chegar à etapa monopolista, manifesta-se, *na esfera da produção*, um espaço necessário para o trabalho de planejamento, programação e controle, resultante do desenvolvimento científico já alcançado pelas forças produtivas”(2001,p.11). Nesse sentido, o trabalho intelectual(técnico-científico) ganha um lugar essencial na produção capitalista. Passa a ser uma mediação necessária à realização do trabalho diretamente produtivo. Temos a ciência a serviço da produção, quando já numa fase de desenvolvimento, comandada pelo capital, que, além de produzir a mais-valia, também produz um sistema de exploração e dominação geral das propriedades naturais e humanas. Nesse momento, a apropriação não se dá através da violência, e sim do saber científico.

Diante disso, é preciso compreendermos um pouco as características do capitalismo nessa fase monopolista e a sua relação com Estado. Para não nos desviarmos muito de nosso objetivo, daremos destaque a realidade brasileira.

III- A refuncionalização do Estado no capitalismo monopolista:

A fase do capitalismo monopolista é um momento de modificações estruturais na dinâmica econômica que irão repercutir na estrutura social e política, mais visíveis no final do século XIX. “Trata-se de um período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede ao capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir de estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista⁴”. (NETTO, 1992, p.15)

⁴ Sugerimos com leitura: LENIN, V. H. **Imperialismo. Etapa superior do Capitalismo.** Disponível em <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acessado em 02 de agosto de 2017

Segundo Netto(1992), o sistema de contradições que estão na base do sistema capitalista: exploração, alienação e transitoriedade histórica são recolocadas de modo mais agudizado nesta fase do monopólio, alterando, significativamente, a dinâmica inteira da sociedade burguesa. Com o objetivo claro de preservar e aumentar a taxa de lucro dos trustes uma série de fenômenos⁵ faz com que o próprio processo de acumulação seja alterado. Dois elementos típicos da monopolização vão ganhar destaque na análise de Netto(1992): a *supercapitalização* e o *parasitismo*, característicos do período “clássico” do capitalismo monopolista⁶.

A supercapitalização está relacionada ao crescimento de capital excedente que encontra dificuldades de valorização. Essas dificuldades são contornadas com inúmeras soluções pouco eficazes e que renovam a dinâmica da economia e do Estado.

O segundo elemento, o parasitismo, é visto por dois ângulos: a separação da propriedade e da gestão dos grupos de monopólios e outro, seria uma *generalizada burocratização da vida social*, “multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas *stricto sensu*, mas todo um largo de espectro de operações que o ‘setor terciário’, tão somente vinculam-se a formas de conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio”.(NETTO,1992, p.19). Nesse segundo elemento, podemos estabelecer relação com as reflexões desenvolvidas acima sobre a atuação dos intelectuais na superestrutura.

Na tentativa de solucionar o problema da supercapitalização, o capitalismo monopolista vai necessitar de intervenções para além dos organismos econômicos. Neste caso o Estado:

O mais significativo contudo, é que a solução monopolista- a maximização dos lucros pelo controle dos mercados- é imanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo

⁵ Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias(e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa da acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel 1969, 3: 99-103 apud NETTO, 1992) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentre nos setores de maior concorrência; e) cresce a tendência de economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado(NETTO, 1992, p.17)

⁶ Limite demarcado pela segunda Guerra Mundial. (NETTO, 1992, p.18)

de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalista. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extraeconômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extraeconômico, o Estado.(NETTO, 1992,p.20)

O diferencial desta intervenção estatal de outras fases do capitalismo é que nesta fase monopolista essa relação se dá *por dentro* da própria estrutura. O Estado irá atuar não somente nos momentos de crise e nas condições externas da produção, mas incidirá na própria dinâmica econômica. “(...)as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas”.(NETTO,1992,p.21)

Esse movimento será caracterizado por uma integração entre os aparatos privados e as instituições estatais e uma clara alteração na sua estrutura: o sistema de poder político apresenta um desequilíbrio entre as esferas de poderes (legislativo e executivo).Alterações postas como condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista.

Para este estudo, importa-nos dar destaque a uma destas condições, a reprodução da *força de trabalho*. “(...) a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem(...)” (NETTO,1992,p.22). Antes, a intervenção estatal nas sequelas da exploração da força de trabalho ou respondia às reivindicações das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto das relações da propriedade privada, ou a combinação de ambas. Mas na fase do monopólio, essa intervenção estatal está muito mais ligada à dificuldade de reprodução capitalista com base na valorização do capital.

O Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. (NETTO,1992,p.23)

E é nessa atuação que o Estado irá encontrar a sua legitimidade sócio-política, ou seja, o *consenso*. A institucionalização de direitos e garantias sociais

dará base para desempenhar suas funções. Netto(1992) vai mostrar, historicamente, que a transição para o capitalismo monopolista irá ocorrer em paralelo com a organização das lutas dos trabalhadores. O poder político, que expressa a ordem econômica do monopólio, irá absorver as demandas políticas e econômico-sociais.

Nesse contexto, apreende-se que para garantir os interesses econômicos em favor dos monopólios é necessária a legitimação através de um processo de democratização da vida sociopolítica. As demandas postas pela classe trabalhadora são contempladas pelo Estado no capitalismo monopolista na medida em que podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros.

No próximo tópico buscamos caracterizar como a demanda dos trabalhadores serão inseridas nesse processo de funcionalidade econômica e como as políticas públicas tornam-se *mercadorias* e meios para alcançar o objetivo de maximizar lucros.

IV-A mercantilização da “proteção social”⁷ no processo de funcionalidade econômica do Estado

Essa dinâmica, aparentemente, contraditória, onde as expressões da “questão social”⁸ tornam-se objeto de intervenção sistemática do Estado, vem aparecendo no cenário através das políticas sociais.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista(e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua,

⁷ Compreendemos como “proteção social”, “as formas que as sociedades encontram e desenvolvem, com graus de institucionalização que diferem entre os grupos e, de acordo com os diferentes contextos históricos e culturais, própria dimensão do poder, para proteger parte ou conjunto dos seus membros”. DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: Oliveira, Marco Antonio de (Org.). Reformas do estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas (SP): UNICAMP. IE, 1998. No entanto, aqui é destacada entre aspas para dar destaque a contradição e a pouca efetividade do modelo de proteção que vem sendo implementado na sociedade brasileira.

⁸ Trabalhamos com o conceito de “questão social” como o conjunto de desigualdades engendradas pela sociedade capitalista. Partimos da perspectiva de que na sociedade capitalista o seu desenvolvimento comporta tanto a produção de riqueza como a produção de pobreza, como partes do mesmo processo. Cujas fundamentação teórica encontra-se Lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx, onde a existência da população supérflua, está no âmago da “questão social”: Aqui usaremos as aspas ao nos referirmos à questão social, devido ao entendimento que adotado. No entanto, não iremos destacar a polêmica conceitual existente no Serviço Social acerca do uso ou não deste recurso.

sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. (NETTO,1992,p.26)

Nesse contexto, as políticas sociais (previdência social, saúde, educação, etc) apresentam uma funcionalidade tanto de preservação como de controle da força de trabalho, mediante regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores ao mesmo tempo que resulta da reivindicação e mobilização dos trabalhadores. Tornando assim, as políticas sociais um campo de disputa, onde diversas profissões, como o Serviço Social, irão atuar.

Ora, devemos concordar que essas políticas vão dar ao Estado uma imagem política de mediador de conflitos, que atenda e representa aqueles que necessitam. Além disso, o que podemos observar é que a resposta às expressões da “questão social” são fragmentadas e enfrentadas por políticas sociais fragmentadas. “As sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, a falta de escolas, a incapacidade física) e assim enfrentadas”(NETTO, 1992, p.28).

É importante observar que essa lógica de respostas fragmentadas se intensificam e se diferem, por analogia, das políticas sociais do *Welfare state*⁹, que tinham uma base de acesso universal. Netto(1992) vai colocar, também, que o caráter público do enfrentamento da “questão social” vai incorporar o “subtrato individualista da tradição liberal”.

Se as políticas sociais do *welfare state* não mais se constituem para o capital como mediações para a elevação da extração de mais valia e se as lutas de classe não apresentam potencialidade suficiente para questionar a propriedade privada e promover a superação do presente modo de produção, elas devem ser superadas pela redução dos direitos do trabalho – direitos, em grande medida, viabilizados por políticas sociais – e por sua metamorfose em serviços privados(GRANEMANN, 2013,p.58)

⁹ Estado de Bem-Estar Social construído no pós-Segunda Grande Guerra Mundial que expressou um determinado período do desenvolvimento do modo de produção capitalista e também da organização da força de trabalho que os trabalhadores lograram construir, especialmente entre os anos de 1945 e 1975. Uma bibliografia fundamental para entender esse período é da Berhing(1998)

Diante dessa metamorfose, podemos dar destaque a um aspecto contemporâneo da política social: a lógica da *financeirização*. Seria um aspecto da refuncionalidade das políticas sociais na fase monopolista, que atende, também, a necessidade de reprodução da acumulação capitalista. De acordo com Graneman(2013), este processo consiste em inserir os trabalhadores no mundo das finanças através das políticas públicas. As políticas sociais são formatadas em “bolsas” a serem transferidas ao trabalhador por intermédio de instrumentos de crédito financeiro, operadas pelas instituições bancárias.

As políticas sociais passa a ter um caráter de mercadoria. Observado quando as políticas sociais passam a ser operadas nos mercados-financeiros, como exemplo mais evidente, a previdência social, que em vários países, inclusive o Brasil, contam com o sistema público e privado, atuando de forma cada vez mais concorrentes.

A intervenção estatal passa a se diferenciar entre segmentos de trabalhadores: aqueles que podem pagar a sua “proteção social” e aqueles que precisam da intervenção do Estado. Granemam(2013) divide esses grupos dentro dos seguintes propósitos: 1) assistencialismo minimalista e monetarizado para os mais pobres, para os trabalhadores precarizados e para os desempregados; 2) mercantilização da “proteção social” provida pelo mercado para os trabalhadores que podem comprar a “segurança” da aposentadoria, da saúde, da educação, do lazer.

Tais políticas são valorizadas segundo o rentismo das finanças que hierarquiza, em bolsas de valores, as empresas prestadoras dos melhores serviços de “seguridade social”, isto é, os mais lucrativos e não, necessariamente, os melhores do ponto de vista das necessidades humanas.

Outra grande inovação desse processo consiste na mudança de acesso à política social (principalmente de assistência social), que passa a ser viabilizada pelo recebimento de recursos monetários a serem mantidos pelas “instituições bancário-financeiras”.

Temos como exemplo, também, a política de assistência estudantil instituída pelo governo federal no Brasil, que segue a mesma lógica da política

de assistência social. De forma predominante, ela se constitui em repasse financeiro aos estudantes, através das instituições financeiras. Os estudantes recebem mensalmente um valor pecuniário e tem o poder de decidir com o que usar e como usar o recurso.

Nesta condição percebem a cada mês recursos monetários intermediados por sofisticados mecanismos que até então lhes eram inteiramente estranhos e dos quais restavam excluídos. O exemplo emblemático da “cidadania financeirizada” é o do acesso ao dinheiro-plástico, como são chamados os cartões bancários e de crédito”.(GRANEMANN, 2013,p.65)

Essa mudança passa pelo incremento do setor financeiro e pela lógica da “liberdade do consumo”, quando a própria pessoa decide o que vai consumir com recurso disponibilizado. De acordo com Granemann(2013), essa possibilidade de estender a lógica financeira para as políticas sociais operadas pelo Estado, leva os trabalhadores a conformarem uma sociabilidade que agrega elementos da lógica das finanças para a totalidade da vida social, ou seja, os sistemas de proteção social e dos direitos do trabalho passam a ser validados pela esfera da monetarização da vida.

V- Do executor terminal ao operador de crédito - A tendência “mercantilizante” da intervenção profissional na lógica da monetarização da política estatal.

Começamos o ensaio tratando do trabalho intelectual e o seu papel dentro da estrutura estatal. Em seguida, apontamos as alterações na intervenção do Estado sob égide do capital monopolista, dando destaque ao processo de financeirização das políticas sociais. Feito isso, tentaremos, nesse momento, encontrar as conexões entre esses temas e a tendência do trabalho coletivo que vem se desenvolvendo dentro das políticas públicas estatais, e específico, a intervenção do assistente social na política de assistência estudantil.

Nesse sentido, é importante trazer mais um elemento para essa reflexão que ainda não foi dada a atenção até o momento. Trata-se da estrutura burocrática do Estado, que tem como base uma *racionalidade instrumental* que dificulta a observação de que o próprio Estado, em sua atuação, atende a

determinados interesses de classe. Estrutura essa composta por uma intelectualidade - profissionais com formações e atribuições técnicas qualificadas - que atua como gestores e, predominantemente, como executores de políticas públicas - apelidados, também, de “executores terminais”(NETTO,1992) das políticas públicas.

Essa percepção é fundamental para compreender a função do trabalho coletivo na construção de um projeto de sociedade, na qual o Estado é o maior ator na manutenção dessa estrutura. Gurgel e Souza Filho (2016) vão tratar da burocracia como forma de gestão na ordem do capital. Analisam como o Estado atua, inspirado na concepção de Weber, para a manutenção da dominação de classe, através de uma “racionalidade” formal-legal. “A burocracia, weberianamente falando, é uma ordem administrativa que materializa a dominação (relação mando-obediência) fundada em estruturas formal-legais elaboradas e aplicadas racionalmente”.(GURGEL e SOUZA FILHO, 2016,p.50)

Nessa estrutura formal-legal, também compreendida como *racionalidade instrumental*, podemos destacar algumas características facilmente observáveis na administração pública brasileira: a impessoalidade, garantida através de normas e leis; o estabelecimento de competências e atribuições dos servidores; a documentação dos procedimentos; hierarquia organizacional. Essa descrição, estruturada por Weber, dá uma falsa impressão de neutralidade. Na avaliação de Gurgel e Souza Filho(2016), atende o interesse de uma classe de manter seu “*status quo*”, ou seja, serve para a manutenção da dominação porque observa somente a aparência.

Essa estrutura racional é um recurso fundamental, na medida em que a especialização, calculabilidade, impessoalidade e precisão concretizadas em parâmetros formais legais e normativos possibilitam ocultar e/ou naturalizar a dinâmica de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, criando dessa forma, certa legitimidade ao sistema, visto que, contraditoriamente, essa mesma racionalidade, ao atuar camuflado a exploração, abre possibilidades para o atendimento de determinadas demandas das camadas exploradas/dominadas, viabilizando uma base de legitimidade para a sociedade capitalista. (GURGEL , SOUZA FILHO, 2016, p.54)

O problema dessa formulação Weberiana, na nossa interpretação, é ficar somente na aparência do processo de organização do Estado. Não chega à essência das relações do Estado e, desse modo, apresenta uma opção de

classe. Uma racionalidade que simula uma aparência de “universalidade” das ações do Estado, quando é impossível falar em neutralidade e universalidade nesse campo de disputas, sem falar, objetivamente, dos condicionantes derivados da estrutural “luta de classes”.

É dentro dessa estrutura burocrática do Estado que o trabalho intelectual se materializa. “E é no Estado capitalista que a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder, se efetua de maneira mais acabada”. (POULANTZAS, 2000, p.53)

Ao analisar a particularidade brasileira, precisamos demarcar a formação histórica do Estado brasileiro dentro do capitalismo dependente latino-americana, que tem como elemento estrutural a *superexploração* da força de trabalho no processo de produção e reprodução das relações sociais. Esse processo se dá:

por um lado, pela transferência de valor para os países centrais reduz o *quantum* de um valor a ser acumulado e/ou distribuído inteiramente. Por outro lado, a economia de base colonial/escravista estrutura uma sociedade com fortes traços tradicionais e patriarcais. Em termos gerais, esses movimentos condicionam a conformação da burguesia latino-americana: frágil economicamente e ideologicamente e débil politicamente. (GURGEL, SOUZA FILHO, 2016, p.152).

Essa particularidade vai promover a formação do Estado brasileiro com base em unidade contraditória, combinando o *patrimonialismo* e *burocracia*. “(...) a fim de manter o pacto de dominação entre os interesses oligárquicos tradicionais, os quais exigem uma ordem administrativa patrimonialista, e os da burguesia industrial emergente que necessita de uma administração burocrática”(GURGEL, SOUZA FILHO, 2016, p.153). Essa unidade contraditória, embora garantida a especificidade de cada momento histórico, vem se mantendo na realidade brasileira.

Na fase monopólica, os contornos do Estado brasileiro vão se alterando para manter a dominação da classe burguesa. E as políticas sociais, como observamos acima, passam a estar cada vez mais inseridas na lógica da financeirização e da monetarização. Surge, também, nesse cenário, o *gerencialismo*, que consiste em levar a lógica e as práticas da gestão de empresas para o ambiente dos serviços e dos órgãos públicos. Observado a partir da década de 90, no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro, o

gerencialismo começa a ser implementado como um modo de organização da burocracia estatal brasileira.

Os mecanismos gerenciais que viabilizaram a flexibilização da administração pública foram o que, no caso brasileiro, possibilitaram articular a ordem administrativa neoliberal centralizada burocraticamente, baseada na finalidade precípua de redução Estado e ajuste fiscal, com a lógica tradicional patrimonialista necessária para contemplar uma dominação fundada na continuidade do pacto conservador. (GURGEL, SOUZA FILHO, 2016,p.182)

Essa reforma do gerencialista do Estado se deu por três vias: a *publicização, privatização e concessão*¹⁰. Com o objetivo principal de “aumentar a presença do investidor privado, que agora pode contar com os espaços antes ocupados pelo Estado para colocar seus capitais superacumulados”.(GURGEL, SOUZA FILHO, 2016,p.181). Do ponto de vista administrativo, tivemos um processo de centralização burocrática que manteve elementos do patrimonialismo para a manutenção de setores tradicionais no poder, mas reposto sobre outras bases, que seria essa dimensão gerencial.

Mesmo na fase neodesenvolvimentista¹¹, a partir da década de 2000, quando se expandiu as políticas sociais baseadas na lógica das finanças e a concentração da política de assistência social nos programas de transferência de renda, não se alterou a reforma administrativa implementada na década anterior. Podemos afirmar, desse modo, que a partir desse período, os trabalhadores intelectuais inseridos neste formato de políticas social sofrem influência de dois fortes determinantes: o *gerencialismo* e a *financeirização*. Os profissionais contratados para atuarem na esfera pública, na operacionalização das políticas públicas, são demandados a prestar serviço de acordo com esses dois eixos orientadores.

Posto isso, podemos observar a incidência destes determinantes na política de assistência estudantil implementada pelas instituições federais de

¹⁰ Embora exista vasta literatura acerca desses temas, sugerimos a referência utilizada aqui para quem quiser entender melhor ou aprofundar o tema: GURGEL, Claudio e SOUSA FILHO, Rodrigo. *Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção Biblioteca básica de Serviço Social; v. 7).

¹¹ Para um entendimento mais aprofundado, sugerimos a leitura de CASTELO, R. B. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. Revista OIKOS, Rio de Janeiro; vol. 8; p. 71-91, n. 1, 2009. Disponível em <www.revistaoikos.org>. Acesso em 26 julho 2017.

ensino. Essa política orientada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES- tem como característica predominante a “bolsificação”(GRANEMAN,2006). A política é desenvolvida através de programas de repasse financeiro a estudantes, após preenchidas as condicionalidades, seguindo a lógica das finanças, conforme apresentado no estudo de Granemann(2013). Essa tendência da organização da política de assistência estudantil tende a conformar a atuação dos profissionais desta política, no desempenho de suas competências, muito mais similares àquela dos “operadores de crédito” do que de suas atribuições baseadas na sua formação profissional.

Os operadores de crédito são profissionais da iniciativa privada, principalmente, na área do comércio, que atuam com o controle de créditos e débitos dos clientes. São responsáveis por conferir dados cadastrais, preencher documentos para a concessão de créditos (coleta de documentos para análise, preenchimento planilhas, liberação para pagamento) e acompanhar a execução de créditos (monitoramento do pagamento e resolução de questões bancárias e financeiras).

Os profissionais dentro da lógica “mercantilizante” das políticas sociais, em especial, o assistente social dentro da política de assistência estudantil, são chamados a atuar no desenvolvimento das seguintes ações: avaliação das condicionalidades para inserção dos programas (coleta de documentos para análise, seleção para o recebimento da bolsa com base em Editais; liberação para pagamento); organização e encaminhamento de dados para pagamento (preenchimento planilhas consolidadas, fornecimento de documentação para abertura de conta); Monitoramento do pagamento e resolução de questões bancárias e financeiras.

Podemos encontrar, em termos de atribuições e atividades, similaridades entre o “operador de crédito” e o profissional inserido em políticas que atuam na concessão de bolsas - como no caso do assistente social inserido na política de assistência estudantil -, quando atendem, exclusivamente, as demandas operacionais da política de concessão de bolsas. Imersos na lógica mercantilizante da política, esses trabalhadores intelectuais mantêm sua

atuação limitada e a serviço da manutenção da estrutura burocrática que atende aos interesses da classe dominante. O que assemelha a prestação de serviço dentro de uma política pública à prestação de crédito dentro do mundo das finanças.

Condicionados por sua inserção assalariada nas instituições, que, necessariamente, impõe uma “condição relativa” à sua autonomia técnica, muitas vezes, os profissionais têm dificuldade em encontrar alternativas coletivas que fuja desta lógica. No entanto, alguns autores conseguem vislumbrar saídas, para além dos limites da operacionalização de programas de bolsas. São caminhos possíveis de se efetivar a partir da ampliação dos direitos civis e políticos e, também, na ampliação dos direitos sociais dentro do contexto capitalista. Inspirados na produção teórica de Coutinho e Netto, partem da tese de que uma nova ordem econômica e social começa a ser gestada no interior da ordem vigente. No caso específico, através da articulação entre administração e democracia.

Não aprofundaremos a questão nesse momento, mas os autores propõe pensar a democracia como meio e não como fim para uma nova ordem societária. Quando o poder do Estado está em disputa política entre as classes, tendo o processo de democratização como meio, “a finalidade da gestão democrática deve ser transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis políticos e sociais, visando contribuir com a superação da ordem do capital.(GURGEL, SOUZA FILHO, 2016, p.73).

VI- CONCLUSÃO:

Uma das possibilidades vislumbradas para a atuação de profissionais dentro da esfera estatal é a defesa da democracia, no seio das políticas públicas, como forma de garantir a participação efetiva dos usuários dos serviços prestados. Participar e reivindicar espaços coletivos de condução e decisões de implementação das políticas para além dos programas de concessão de bolsas é uma defesa possível, que deve estar presente nos projetos profissionais como

o do Serviço Social. De outro modo, por tudo o que foi tratado neste breve ensaio, quanto mais as demandas institucionais são atendidas, no processo de “bolsificação”, mais próxima a intervenção profissional nas políticas públicas estará da função do “operador de crédito”. O tratamento mais aprofundado desta importante questão é necessário e vai além das estreitas linhas desse ensaio.

VII- REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Ney L. T. de; ALENCAR, Mônica Maria T. de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011. pp 55-97.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. pp 03-24.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social. Revista de Sociologia**, São Paulo: USP, v. 13. n. 2, pp 01-20, nov. 2001.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, n. 20, p. 57-68, 2007.

_____. Políticas sociais e Serviço Social. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila (Org.). **O Serviço Social e políticas sociais**. São Paulo: Ed. UFRJ, 2006, p. 11-24.

GURGEL, Claudio e SOUSA FILHO, Rodrigo. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção Biblioteca básica de Serviço Social; v. 7).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. V. 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Capítulo V.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. pp 159-201.

MOTA, Ana E., AMARAL, Angela e PERUZZO, Juliana. “O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina”. In: MOTA, Ana E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. pp 153-195

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.